

Igrejas e homossexualidade

Ensaio de um balanço

Gottfried Brakemeier

Resumo: O ensaio de balanço ecumênico sobre a questão da homossexualidade começa mapeando os conflitos que o tema causa nas diferentes confissões cristãs. Constata que o tema tem se tornado relevante e objeto de discussão especialmente nos anos 80 e 90, com diferentes resultados até o momento. Na segunda parte, elenca questões de caráter teológico que precisam ser refletidas numa abordagem séria ao tema. Concentra suas observações em duas perguntas que geram dois conjuntos de discussão: a questão do pecado e a questão da normalidade. Termina com reflexões e sugestões dentro do contexto específico da discussão do tema da homossexualidade no âmbito da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Palavras-chave: homossexualidade, balanço ecumênico; homossexualidade nas igrejas; homossexualidade, questões teológicas; homossexualidade na IECLB.

Resumen: El ensayo del balance ecuménico sobre el asunto de la homosexualidad comienza delineando los conflictos que el tema causa en las diferentes confesiones cristianas. Constata que el tema se ha tornado relevante y objeto de discusión especialmente en los años 80 y 90 con diferentes resultados hasta el momento. En la segunda parte, expone asuntos de carácter teológico que necesitan ser reflexionados en un abordaje serio al tema. Concentra sus observaciones en dos preguntas que generan dos conjuntos de discusión: el asunto del pecado y el asunto de lo normal. Termina con reflexiones y sugerencias dentro del contexto específico de la discusión del tema de la homosexualidad en el ámbito de la Iglesia Evangélica de Confesión Luterana en Brasil (IECLB).

Palabras-clave: homosexualidad, balance ecuménico; homosexualidad en las iglesias; homosexualidad, aspectos teológicos; homosexualidad en la IECLB.

Abstract: The essay of an ecumenical accounting on the issue of homosexuality begins by mapping out the conflicts that the theme causes in the different Christian confessions. It states that the theme has become relevant and an object of discussion especially in the years of the 80's and 90's, with different results up to this moment. In the second part he spells out issues of theological character that need to be reflected upon in a serious treatment of the theme. He concentrates his observations on two questions that generate two sets of discussions: the issue of sin and the issue of normality. He ends with reflections and suggestions within the specific context of the discussion of the theme of homosexuality within the Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Key words: homosexuality, ecumenical accounting, homosexuality in the churches, homosexuality, theological issues, homosexuality in the IECLB.

Preliminares

Tenho sido solicitado a falar sobre posicionamentos oficiais de igrejas luteranas referentes ao tema da homossexualidade. Visto que por ora não há posicionamento da parte da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) nem, pelo que me parece, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), trata-se de auscultar manifestações de igrejas irmãs de outros países e continentes. A tarefa, porém, não é nada fácil:

1. É impossível isolar a voz luterana no concerto geral das demais igrejas. A questão possui dimensões essencialmente ecumênicas. Coloca-se a todas as igrejas de igual maneira, sendo que a resposta costuma ser determinada muito mais por outros fatores do que os de ordem estritamente confessional. Não existe “a” posição luterana frente à homossexualidade, e algo análogo vale para as demais denominações.

2. Quais seriam os documentos a considerar? O manual orientador “Conviver com tensões”¹ foi editado pela Igreja Evangélica da Alemanha (EKD), da qual os luteranos fazem parte, mas que não é constituída exclusivamente por eles. Existem decisões conciliares ou palavras pastorais à parte, portanto mais ou menos oficiosas, de igrejas territoriais ou nacionais. Da grande maioria das igrejas luteranas, porém, espalhadas por este mundo afora, falta, até o momento, um pronunciamento representativo. Também sob este aspecto, pois, é impossível sintetizar algo assim como “a concepção luterana” concernente à matéria.

3. Quem, por outro lado, se propõe uma análise do assunto em sua abrangência ecumênica defronta-se com tamanha avalanche de material que imediatamente está tentado a se resignar². Tal análise deverá levar em consideração não só a diferença denominacional, mas, também a origem geográfica, o contexto histórico e social, as tradições culturais. Abre-se aí um campo de pesquisa extremamente amplo, impossível de ser explorado num modesto estudo como o nosso.

Meu propósito é relativamente simples: num primeiro passo tentarei coletar algumas observações feitas na análise de posições assumidas por entidades religiosas, pertinentes à homossexualidade e às questões que levanta. Darei atenção especial aos depoimentos de igrejas luteranas. Mas não posso deixar de fazê-lo no contexto ecumênico geral. O quadro é conflituoso e multifacetado. E, todavia, as polêmicas se acendem em algumas poucas questões básicas. Delas falarei num segundo capítulo, não só em forma de listagem estatística, mas também em termos avaliativos a partir de critérios que julgo “luteranos”. Resultarão disso algumas urgências a serem atacadas na IECLB. Serão elas o conteúdo da última parte.

1. Homossexualidade — matéria de conflitos

1. Defrontam-se nas igrejas duas concepções antagônicas que, em suas formas extremadas, podemos descrever como segue:

a. O homossexualismo é visto como grave pecado, ofensa a Deus, algo abominável em todas as suas formas, para o que se invoca o testemunho da Bíblia. É considerado um desvio da ordem original de Deus que criou o homem e a mulher para constituírem o matrimônio como lugar da vivência da sexualidade e da procriação da prole. A homossexualidade não é nada inato ou pré-fixado, portanto não faz parte da constituição do ser humano. Muito pelo contrário, seria uma opção capaz de ser alterada mediante tratamento ou esforço próprio. Não se submeter a tal tratamento seria agir culposos. Sob essas premissas, evidentemente, não há lugar para pessoas homófilas no ministério da Igreja. A discriminação é conscientemente assumida.

b. A outra posição defende o homossexualismo como algo absolutamente normal, sempre existente na história da humanidade. Tratar-se-ia de uma predisposição da pessoa, impossível de ser corrigida. Nessa perspectiva, não há nada de detestável nas relações homossexuais. As passagens bíblicas aduzidas como contraprova estariam se referindo não à orientação homossexual como tal, e, sim, a abusos nessa área. Caberia, portanto, reconhecer a homossexualidade como equivalente à heterossexualidade e destinar-lhe o mesmo amparo legal. Reivindicam tais grupos, enquanto cristãos, o livre acesso ao ministério da Igreja e a bênção matrimonial das parcerias do mesmo sexo. Lutam pelo fim de toda e qualquer discriminação na Igreja e na sociedade.

2. As duas posições são irreconciliáveis³. Acusam-se mutuamente de preconceito e geram fortes conflitos internos nas igrejas. Perpassam as fronteiras denominacionais. É bem verdade haver igrejas que oficialmente se posicionam mais próximo da primeira das duas concepções. É o caso das Testemunhas de Jeová, por exemplo, que nem mesmo aceitam homossexuais como membros, a não ser que se submetam à vida celibatária. Algo semelhante pode ser observado na Assembléia de Deus, em Batistas, Adventistas e outros grupos⁴. Primam por uma atitude rígida, supostamente de acordo com a condenação do homossexualismo na Bíblia.

Curiosamente, porém, surgiram nessas igrejas grupos discordantes, a exemplo dos *Welcoming and Affirming Baptists* ou então o *Seventh Day Adventists Kinship International*, que são grupos de gays ou de lésbicas, respectivamente de seus simpatizantes⁵. Mas o inverso também existe, ou seja, o distanciamento de grupos conservadores minoritários, quando consideram demasiadamente avançada a posição das suas igrejas. Qualquer abertura das igrejas em direção à descriminalização da homossexualidade encontra nesses círculos ferrenha resistência, como o mostra o exemplo da Aliança Evangélica na Alemanha⁶. Quase que se poderia

estabelecer uma regra que diz: em igrejas majoritariamente conservadoras há minorias abertas, em igrejas majoritariamente abertas há minorias fechadas. De qualquer maneira, para não poucas pessoas o tema da homossexualidade provoca o *status confessionis*, colocando em jogo a fidelidade ao evangelho e acarretando o risco de racha da Igreja.

3. É notável, porém, ter havido nas últimas décadas um despertar para a problemática e um considerável processo de aprendizagem. Ainda nos anos 60, o luterano Helmut Thielicke, em sua volumosa ética teológica, diagnosticou alto grau de perplexidade dos teólogos perante o fenômeno, para o que lhe é exemplo um personagem tão ilustre como Karl Barth⁷. A homossexualidade, isto era um tema marginal, se é que era considerado digno de registro. Casos respectivos eram considerados da competência da medicina, não da teologia. A perplexidade, aliás, era não somente desta última, mas também da psicologia e das demais ciências humanas, como o mostra um artigo de Klaus Bockmühl de 1964⁸. A homossexualidade ainda estava em fase inicial de investigação.

Isso tem mudado. É bem verdade que as discussões, as pesquisas e as declarações ainda não conduziram a um consenso. Mas elas têm modificado o clima e produzido uma nova sensibilidade. Os juízos taxativos de outrora sofrem contestação. Um dos instrutivos exemplos para tanto é a discussão na Igreja Católica Romana. Tradicionalmente, sua teologia moral fazia coro com as vozes condenatórias que qualificavam o homossexualismo como aberração natural e condição patológica da pessoa. Em 1975 a “Sagrada Congregação para a Fé” se pronuncia oficialmente sobre o assunto, seguindo os padrões morais conhecidos⁹. De fato, nos horizontes de uma visão procriativista da sexualidade humana, típica da linha oficial da Igreja Católica, a homossexualidade deve necessariamente destoar. A despeito disso, existem também na teologia católica sinais de uma reconceituação, ou seja de um *aggiornamento*, para falar em termos do teólogo espanhol Marciano Vidal¹⁰. Se estes sinais anunciam uma revisão da posição oficial, porém, é uma incógnita. Considerando a dificuldade que a Igreja Católica tem com tais “revisões”, é prudente não alimentar demasiadas esperanças.

Ainda assim, é fato que, em termos de sexualidade, e por isto também em termos de homossexualidade, foram quebrados tabus. Ocorreu uma notável desinibição. Esta de modo algum produziu unanimidade. Mas tornou-se difícil hoje sustentar uma atitude inflexível de rejeição. Os juízos necessitam ser fundamentados, o que evidentemente é um progresso a ser atribuído não só à pesquisa científica, e, sim, muito mais aos reclamos e argumentos dos próprios grupos de gays e lésbicas.

4. Dentro desse novo clima verifica-se nas igrejas uma estranha oscilação entre avanços e recuos. Particularmente nas igrejas chamadas “históricas” (*main-line churches*) está em andamento um notável processo de reavaliação, não só da homossexualidade, e, sim, também de temas como a família, o matrimônio, a

moral sexual em geral. Para essa tensão entre investidas e retrocessos apresentam-se três exemplos:

a. Na Dinamarca, país em que a Igreja Luterana goza do *status* de Igreja oficial, o Parlamento decidiu conceder a uniões homossexuais as mesmas prerrogativas legais como aos matrimônios. A resolução colocou também a Igreja em nova situação. Após diversos estudos preparatórios, em 1997 os bispos luteranos decidiram concordar que as pessoas homófilas recebessem também elas a bênção de suas parcerias. E, no entanto, é forte a oposição a essa abertura, impedindo até agora um procedimento comum no caso da bênção. As críticas fizeram com que, da parte das instâncias diretivas da Igreja, devesse ser enfaticamente sublinhado que as referidas bênçãos não suspendem o matrimônio de homem e mulher em sua qualidade de padrão normativo. Seria ele a instituição correspondente ao plano de Deus e a estrutura básica da família e da educação dos filhos. Mesmo assim, a discussão sobre uma forma de bênção para uniões homossexuais representa algo até agora inédito. Ela tem analogias em outros países, a exemplo da Noruega, da Suécia e da Alemanha. A despeito das resistências que sofre, o modelo dinamarquês e seus congêneres pertencem, em termos de equiparação de homossexuais e de heterossexuais, aos mais avançados que existem de momento¹¹.

b. Bem mais forte é a contestação na Igreja Luterana na América (ELCA). Em 1989 essa Igreja editou um estudo com o título “Podemos falar a respeito?”. Perseguiu o propósito de preparar cristãos e cristãs para discutir a homossexualidade¹². Mas já naquele ano o assunto não era novo. Em 1986, uma das igrejas precursoras da ELCA, a *Lutheran Church in America*, tinha enviado às comunidades um estudo de assuntos relativos à homossexualidade¹³. Seguiu em 1991 outra manifestação da ELCA: “A sexualidade humana e a fé cristã”¹⁴. A Igreja procurava abrir brechas para uma nova compreensão de várias questões, entre elas o homossexualismo. Constata, por exemplo: “Necessitamos examinar as suposições de que na Bíblia se rechace a homossexualidade (...)” Pergunta: “Será possível que algumas relações sérias entre homossexuais ou lésbicas sejam sinal do amor transformador da nova criação de Deus em Cristo...?” Foram extremamente numerosas as reações por parte das comunidades, das quais uma grande parte foi negativa. A onda de protesto foi tamanha que a Igreja adiou um posicionamento oficial. Houve desligamento de pastores *gays* do ministério¹⁵.

5. Acalorada discussão provocou também o já referido texto “Conviver com tensões”, editado pela Igreja Evangélica da Alemanha em 1996¹⁶. Os progressos são tímidos. É flagrante o temor de que o reconhecimento oficial de parcerias homossexuais possa ameaçar o matrimônio entre homem e mulher em sua qualidade de padrão normativo. Por isto também não se admitem pessoas homossexuais ao ministério, a não ser que se comprometam a desistir de apregoar a convivência homossexual como equivalente ou superior ao matrimônio¹⁷. De outro lado fala-se enfaticamente em “orientação” ou em “cunho” homossexual, dando a entender não se tratar de uma simples questão de conduta ou de um estilo de vida opcional,

e, sim, de uma condição imutável, ao menos em grande parte dos casos¹⁸. Reconhece-se a injustiça praticada para com as pessoas envolvidas, causadora de muito sofrimento no passado e no presente. Pessoas homófilas não são menos valiosas que as heterossexuais. Admite-se inclusive uma bênção, contudo não da parceria homossexual, e, sim, das pessoas, a fim de distingui-la nitidamente da bênção matrimonial.

O texto recebeu fortes críticas de ambos os lados: uns viam nele traição dos valores cristãos e um exemplo típico de justificação do pecado em lugar da do pecador¹⁹. Outros deploraram o curso retrógrado da Igreja. Em parte foram violentas as reações, principalmente de organizações como *Labrystheia*, uma rede de teólogas lésbicas, ou como o *Schwulenverband in Deutschland* (SVD), uma entidade de homossexuais masculinos. De fato, o posicionamento da EKD não está livre de ambigüidades. Queria satisfazer a gregos e troianos, não agradando finalmente a ninguém. Contém passagens muito valiosas. Entretanto, caracteriza-se pela tentativa de dizer um simultâneo “sim” e “não”, não podendo, em última instância, convencer²⁰.

6. Os sinais dos tempos, porém, apontam claramente em direção à abertura de espaços para pessoas homófilas. Mostra-o um texto produzido, também em 1996, pela Igreja Evangélica da Renânia, pertencente à “Igreja da União”²¹. Traz o título: “Sexualidade e formas de vida” e “Matrimônio e bênção”. Afirma que, em princípio, a homofilia pode ser aceita e que não há argumento teológico contrário à bênção de um par do mesmo sexo. Isto desde que se tenha em mente a diferença entre “bênção” e “casamento religioso”²². Evolução semelhante pode-se observar na Igreja da Inglaterra, na Anglicana. Desde 1991 valia a regra de que a mera *orientação* homossexual não seria obstáculo para o ministério, enquanto a *prática* respectiva poderia ser tolerada somente no caso de leigos, não de clérigos. Entrementes cresceu o número de pessoas favoráveis a que também pessoas homófilas praticantes possam ser ordenadas ao sacerdócio. Em 1997 houve resolução conciliar no sentido de reestudar a questão²³. O assunto continua polêmico. E, todavia, a referida ampliação dos espaços é uma realidade, documentada por uma série de outros posicionamentos que não temos condições de apresentar aqui²⁴.

7. Cabe destacar a importância de palavras pastorais por parte de bispos, presidentes ou outras autoridades eclesiais nesse processo. Menciono, entre outros, os nomes de Martin Kruse, ex-bispo da Igreja de Berlim-Brandenburgo, de seu sucessor Wolfgang Huber, do superintendente Ako Haarbeck, da Igreja Reformada em Lippe, e outros. Fomentaram a reflexão e prepararam o terreno para declarações sinodais²⁵. Cito como ilustre exemplo ecumênico o benemérito bispo anglicano Desmond Tutu, que disse, em 1996: “Nós as rejeitamos (sc. as pessoas homófilas), as tratamos como párias e as empurramos para fora das nossas comunidades, negando assim as conseqüências de seu e de nosso batismo. Nós as

fazemos duvidar de que são filhos de Deus, e isto é quase a mais pesada blasfêmia. Nós as envergonhamos em razão de algo pelo que, como mais e mais se evidencia, pouco podem fazer.”²⁶

8. A homossexualidade continua sendo motivo de discórdia nas igrejas. Mesmo assim, há resultados a registrar. Mencionamos:

a. É compartilhada por todas as igrejas a oposição à violência contra pessoas homófilas. Reconhecendo a co-responsabilidade de grupos cristãos na perseguição dessas pessoas, as igrejas concordam em qualificar a agressão física como crime abominável. É o que se pode ouvir inclusive da boca de um Pat Robertson, da *moral majority* nos Estados Unidos, organização extremamente conservadora²⁷. Na Europa, após agressões de *skinheads* a homossexuais, igrejas tornaram público o seu protesto. A violência é a primeira forma de homofobia a ser combatida.

b. Há amplo consenso também no que diz respeito aos direitos civis dos homófilos. Muitas igrejas se fizeram advogadas da igualdade de direitos e do pleno respeito à cidadania dessas pessoas. Isto implica, não por último, o direito à proteção jurídico-legal de parcerias homossexuais.

c. Cresce, nas igrejas, a ênfase na dignidade das pessoas com orientação homófila. São filhos e filhas de Deus assim como o são os demais membros da comunidade. Quem os exclui, comete pecado. Em igrejas luteranas se acrescenta um aspecto peculiar: já que Deus justifica pecadores — e somente pecadores —, importa conscientizar-se da solidariedade de todos no pecado, o que se constitui em forte obstáculo à discriminação e ao desprezo a determinadas minorias. Em síntese, parece-me ser nítida nas igrejas a tendência a buscar a integração das pessoas homófilas na comunidade de Deus.

É claro que essa busca há de remover ainda consideráveis pedras do caminho. A essas pedras dirigimos agora a nossa atenção.

2. Questões cruciais a resolver

1. Uma das perguntas mais controvertidas continua referindo-se à qualidade pecaminosa do homossexualismo. Trata-se de *pecado*, sim ou não? A resposta vai depender de três premissas:

a. A disposição de realmente ocupar-se com o fenômeno. Isto não só inclui informação científica como também auscultar a voz das próprias pessoas envolvidas²⁸. O estudo desapaixonado da homossexualidade provavelmente não vai fornecer resposta definitiva sobre se essa orientação poderá ser alterada, se geneticamente condicionada ou posteriormente adquirida²⁹. Mas, e disto existem suficientes provas, será definitivamente descartada a tese de se tratar de uma livre opção. A homossexualidade não deve ser confundida com um hábito passível de ser escolhido arbitrariamente. Se fosse, a grande maioria das pessoas homofílicas, em

razão das discriminações que sofrem, já há tempo teria abandonado sua condição. Pouco importa se a origem da mesma é genética ou “ambiental”. De uma forma ou de outra, não se trata de uma livre escolha, e sim de uma determinação. Pela mesma razão exclui-se também a qualificação patológica ou clínica. A homossexualidade não é uma doença a ser curada. Muita condenação moral da homossexualidade decorre de desconhecimento do fenômeno.

b. Mas não diz a Bíblia o contrário? Ora, examinando as mais recentes interpretações das passagens alusivas, deve-se concluir que o assunto é, no mínimo, controvertido. Como é sabido, trata-se basicamente de duas passagens no Antigo (Lv 18.22; 20.13) e de três do Novo Testamento (Rm 1.26,27; 1 Co 6.9-11; 1 Tm 1.10). Nenhum posicionamento cristão sobre a homossexualidade pode passar ao largo desses testemunhos³⁰. Mas deve fazê-lo prestando contas da hermenêutica que usa. É mais do que flagrante ser maior a condenação da homossexualidade onde prevalece o espírito biblicista, isto é, uma interpretação literal dos textos que os isola do seu contexto histórico, postula uma isocronia da pregação do evangelho ontem e hoje e se recusa a distinguir entre o evangelho em seu todo e as suas concretizações situacionais.

A teologia luterana deverá insistir especialmente neste último ponto. Pois entende que a Bíblia ultrapassa em muito um simples livro de leis. Lê as partes a partir do todo, distingue entre letra e espírito³¹, sabe diferenciar os tempos. Pergunta, por isto, se as passagens relativas ao homossexualismo não devem ser interpretadas a partir do cerne do evangelho e em consonância com ele, possibilitando hoje conceituações diferentes daquelas em vigor há 2 mil anos. Isto sempre na hipótese de as passagens realmente terem em vista a condição homossexual, e não apenas “casos”, a exemplo da pederastia, do estupro de homens por homens heterossexuais, a que alude claramente a história de Ló (Gn 19.4-11), ou outros. Portanto, há que se esclarecer duas coisas: primeiro o sentido histórico dos textos, e a seguir o peso teológico dos mesmos frente ao evangelho numa situação diferente daquela de Moisés e de Paulo. Vai se ver, então, ser difícil comprovar com a Bíblia que a homossexualidade tal como a entendemos hoje seja excludente do reino de Deus.

c. A inserção da homossexualidade na discussão sobre o todo da sexualidade humana. Será que esta sempre é tão “hétero” como muitos supõem? Como entender a bissexualidade? Ou então, como definir a função da sexualidade justamente hoje numa sociedade tão erotizada como a nossa? Não posso entrar em detalhes. Mas parece-me ser cada vez mais evidente que a homofilia deve ser reconhecida como “caso especial” da sexualidade humana em seu conjunto. Qualificá-la como pecado nessa ótica seria um anacronismo. Tal reconhecimento, porém, não significa carta branca para toda e qualquer prática. Muito pelo contrário, se a homossexualidade deixa de ser um problema ético, ela passa a exigir uma conduta ética, muito em analogia à heterossexualidade. Abuso de menores, prostituição, estupro, promiscuidade serão males sempre, sejam eles praticados por pessoas homossexuais ou heterossexuais. Também a ética homossexual deverá

orientar-se pelo critério do amor e buscar a parceria estável³².

2. Com isso ainda não está respondida a pergunta se a homossexualidade pode ser considerada *normalidade*. As polêmicas mais fervorosas se inflamam justamente nesta questão, para o que, se vejo bem, há duas razões:

a. Normalidade é sinônimo de aceitação, anormalidade de rejeição. No mundo de hoje, a aprovação social se condiciona à demonstração de normalidade, seja lá o que isso for. A própria sociedade revela aí um déficit: é incapaz de conviver com o diferente, com o que foge ao padrão estabelecido, com o que destoa do usual. Os prejuízos dessa incapacidade são perceptíveis não só no caso da homossexualidade. De qualquer maneira, querendo demonstrar a “normalidade” da orientação homossexual, gays e lésbicas estão lutando na verdade pela aceitação social de sua condição, não necessariamente pela nivelção de heterossexualidade e homossexualidade.

b. Essa luta está sendo entendida por muitos como ataque aos parâmetros da ética sexual que são o matrimônio e a família. E de fato, a exigência da concessão de uma bênção “matrimonial” a uma parceria de pessoas do mesmo sexo pode favorecer tal suposição. É o que faz muitas pessoas insistir na “anormalidade” da homossexualidade como suposta medida preventiva contra a corrupção desses valores fundamentais.

A saída do impasse exige o esforço por realismo de ambas as partes. Em primeiro lugar, não há nenhum indício que faça crer que o reconhecimento da homofilia como forma específica de vivência sexual constitua uma ameaça ao ideal do matrimônio. Por detrás desse temor continua se escondendo a falsa concepção de que a orientação sexual seria uma questão de livre opção. A tese da “sedução” de heterossexuais por homófilos, a não ser em caso de menores, é infundada. Esta me parece ser *uma* realidade. A *outra* é esta: julgo imprescindível admitir que a condição homossexual sempre tem sido a exceção na história da humanidade, não importando se as estimativas variam entre 2 e 10 por cento. Entre heterossexualidade e homossexualidade existe uma “assimetria”³³, não sendo esta, e, sim, aquela a regra.

Não é nem prudente nem justo, pois, preconizar a equivalência de matrimônio e parceria homossexual como se fossem alternativas no fundo permutáveis. Por que não assumir o caráter peculiar desta última? Evitaria conflitos desnecessários. Ademais, convém lembrar que a bênção matrimonial, na Igreja Evangélica, não é “casamento religioso”. A bênção não constitui o matrimônio, antes pressupõe o casamento civil no cartório. Por isto há que se cuidar para não abusar da bênção matrimonial para a consecução da legitimação social impossível de ser conseguida por outros meios³⁴. Pessoas homófilas têm todo o direito de reivindicar para as suas parcerias o amparo legal do Estado, a exemplo do que acontece na Dinamarca e outros países. Têm também o direito à assistência pastoral da Igreja, podendo esta incluir a bênção. Mas ela não poderá ser bênção *matrimonial*. A sociedade e a

Igreja deveriam aprender a aceitar também as formas extraordinárias de convivência sem necessariamente nivelar. Qual o impedimento para tanto, se estas não significam nenhum prejuízo social, como é o caso de pessoas homossexuais que pautam sua conduta por princípios éticos? Exceções apenas confirmam a regra, diz o ditado. E ainda, quem seria tão absolutamente normal que se atrevesse a atirar a primeira pedra?

3. É claro que a partir do exposto não há argumento que, em princípio, impedisse a ordenação de pessoas homófilas ao ministério. Isto naturalmente sob a condição de uma conduta responsável, assim como é exigida de todos os candidatos e candidatas ao ministério da Igreja. Seja enfatizado que “conduta responsável” não significa vida celibatária. Certamente também esta não deve ser descartada. Mas é impróprio torná-la obrigatória. É o que vale também para pessoas homossexuais. Portanto, a homossexualidade não desqualifica para a ordenação. Foge à estatística o número de pessoas homófilas já admitidas ao serviço na Igreja, seja com ou sem o conhecimento das instâncias diretivas. É de bom alvitre nem tentar fazer levantamentos respectivos.

Os problemas começam com a busca de um lugar de trabalho. Pessoas homossexuais confessas e praticantes se defrontam com fortes barreiras também na IECLB, por mais que procurem evitar escândalos. A administração da Igreja, por esta razão, não se viu em condições de estabelecer o vínculo empregatício em tais casos. A fim de evitar mal-entendidos é necessário lembrar que a ordenação não garante um lugar de trabalho na IECLB. A habilitação definitiva ao pastorado está condicionada ao “exame pró-ministério” e à “ordenação”. O conjunto de ambos é a base para se estabelecer o “vínculo empregatício”. Mas este não é automático. A admissão ao ministério na IECLB pressupõe a concordância das comunidades, e esta, no caso de pessoas homófilas declaradas, é difícil, e até impossível de conseguir até o momento. Não são fatores teológicos, assim entendendo, os que excluem tais pessoas do pastorado, mas é a conflitividade em torno do assunto que por ora lhes impede o exercício do ministério em comunidade. Que fazer?

3. Sugestões

Considero urgente a tarefa de iniciar um processo de reflexão sobre a matéria em nossas comunidades. Aliás, não só sobre a homossexualidade, e, sim, sobre a sexualidade em geral. As razões dificilmente necessitam de justificação. As enormes transformações no comportamento sexual das pessoas, a erosão das normas tradicionais, as novas ameaças, incluindo doenças como a AIDS, desafiam a comunidade cristã. A homossexualidade é um dos assuntos implícitos nessa ampla temática. Ela é de extraordinária sensibilidade. Pois a sexualidade diz respeito à esfera íntima das pessoas. É onde elas se revelam extremamente vulneráveis e onde violência de qualquer tipo causa terríveis estragos. Mas a comunidade não

pode evitar o assunto. A pergunta é como atacá-lo. Deve-se fazê-lo com jeito, para não desde já obstruir a aprendizagem.

Pouco adianta reivindicar a essa altura um “posicionamento oficial” da IECLB. Há uma diferença fundamental entre um posicionamento individual e o de uma instituição. Este último precisa respaldar-se em certo consenso. Caso contrário não vai senão intensificar os conflitos. É cogitável uma palavra pastoral. Esta tem a vantagem de ser apenas semi-oficial. Mas também ela deve usar de máxima cautela, não impondo algo que a comunidade por si própria deve descobrir. Fundamental é outra coisa, a saber, material de estudo. Dele a IECLB tem grande necessidade. Quanto a isso me permito fazer três observações:

1. O material a que nos referimos requer a autoridade não só de uma comissão teológica, e, sim, também de pessoas de outras áreas, como a medicina, a psicologia, a pedagogia e outras. Na elaboração deve-se cuidar para que haja equilíbrio na participação de homens e mulheres. Algo análogo vale com referência a programações respectivas em nível comunitário: não é o pastor ou a pastora que devem “executá-las”. Devem ser iniciadores, mas necessitam da competência de outros profissionais.

2. A teologia será de especial importância na interpretação do testemunho bíblico. No que diz respeito à homossexualidade, urge uma avaliação do estágio da interpretação das passagens alusivas. Em se verificando — levantemos essa hipótese — que a Bíblia não proscreve a homofilia responsavelmente vivida, um dos grandes motivos da intolerância estaria removido. Na investigação exegética desse assunto tão melindroso, bem como em sua avaliação hermenêutica, vejo uma das prioridades a serem atendidas para se fazer justiça às pessoas homófilas.

3. Qualquer subsídio a ser submetido à apreciação das comunidades necessita de boa reflexão didática. Não pode excluir a voz das pessoas diretamente atingidas. Deve precaver-se contra mal-entendidos e pautar a argumentação por um espírito pastoral. Não pode, a princípio, qualificar os dissidentes de preconceituosos. Em suma, devem ser preenchidos todos os pré-requisitos de uma aprendizagem que se pretende exitosa.

Enquanto isso, a IECLB, suas instituições e comunidades, podem e devem colaborar para que também pessoas homófilas sejam protegidas da violência e tenham assegurados seus legítimos direitos e sua dignidade. Inclusive há razões, pelo que entendo, de a IECLB se engajar em favor do registro civil de parcerias entre pessoas do mesmo sexo, a exemplo do que já acontece em outros países. Para tanto, porém, há que buscar a cooperação ecumênica, e esta, como se tem visto, não será fácil de conseguir. A dificuldade, entretanto, não é argumento para cruzar os braços.

Notas

- 1 *Homossexualidade e Igreja* : Caderno da Semana Teológica, São Leopoldo : Escola Superior de Teologia, 1998, p. 42-53.
- 2 Depois de lançada a obra de Alan A. BRASH, *Encarando nossas diferenças* : as igrejas e seus membros homossexuais, tradução de Walter Schlupp, São Leopoldo : Sinodal, 1998, perguntei-me pela necessidade da publicação deste meu estudo, elaborado sem o conhecimento daquele texto. O autor é pastor presbiteriano da Nova Zelândia com ampla experiência no Conselho Mundial de Igrejas. Constatado, com satisfação, forte convergência de posições. Ainda assim, o presente estudo poderá acrescentar aspectos ao debate, razão pela qual não hesito em trazê-lo a público. Concordo com Alan Brash quando afirma que mais importante do que apresentar “soluções” é dialogar sobre o assunto. Isto não em termos abstratos, e, sim, concretos. A vida de pessoas está em jogo, não verdades teóricas. Cf. op. cit., p. 10, 71 e passim.
- 3 É claro que nem todas as posições se reduzem a esses dois extremos. Veja a tipologia mais diferenciada em Andrew SULLIVAN, *Praticamente normal* : uma discussão sobre o homossexualismo, tradução de Isa Mara Lando, São Paulo : Companhia das Letras, 1996, p. 25s.
- 4 Fonte: Internet, <http://www.religioustolerance.org/hom—chur.htm#sbc>. “Homosexuality and the Churches” menu.
- 5 Ibid. Alan A. BRASH, op. cit., menciona ainda outras organizações cristãs que oferecem “participação a cristãos homossexuais” e advogam “mudanças nas atitudes, nos regulamentos e nas leis eclesiais referentes à homossexualidade.” (p. 83s.).
- 6 Veja Walter ROMMINGER, Réplica a las tesis de A. Haarbeck acerca del trato con la homosexualidad en nuestra iglesia, *Revista Teológica*, Buenos Aires, Seminário Concórdia, v. 43, n. 158, p. 31-37, 1998.
- 7 Helmut THIELICKE, *Theologische Ethik*, Tübingen : Mohr, 1964, v. 3, p. 790. Thielicke se refere à passagem de Karl Barth em *Kirchliche Dogmatik*, v. 3, p. 184s.
- 8 Klaus BOCKMÜHL, Die Diskussion über Homosexualität in theologischer Sicht, *Evangelische Theologie*, v. 24, p. 242-266, 1964.
- 9 Texto em: Marciano VIDAL, *Moral de atitudes* : 2° v.: Ética da pessoa, 3. ed., Aparecida : Santuário, 1981, p. 652s.
- 10 ID., *ibid.*, p. 705s.
- 11 Referências na Internet: 1) <http://www.folkekirken.dk/udvalg/parnerskab/translat.htm>. e 2) <http://www.folkekirken.dk/interchurch/cn/nov97.htm#2>. Em muitos países o homossexualismo já há tempo foi descriminalizado. Cf. Alan A. BRASH, op. cit., p. 83 e 87. Novo é o fato de que mais e mais governos concedem amparo legal às uniões de pessoas do mesmo sexo.
- 12 EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA, *Can we Talk about this?* : An Audio Tape and Study Guide for Christians Preparing to Discuss Homosexuality, Chicago, 1989.
- 13 LUTHERAN CHURCH IN AMERICA, *A Study of Issues Concerning Homosexuality* : Report of the Advisory Committee of Issues Relating to Homosexuality, New York, 1986.
- 14 EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA — Division for Church in Society, *Human Sexuality and the Christian Faith* : A Study for the Church’s Reflection and Deliberation, Minneapolis, 1991, especialmente p. 41-46. Também a Igreja Luterana do Canadá preparou material sobre a matéria, disponível em tradução espanhola sob o título *El coraje de amar* : seis estudios sobre homosexualidad, Buenos Aires, 1995.
- 15 Internet: <http://www.religioustolerance.org/hom—elca.htm>.

- 16 EVANGELISCHE KIRCHE IN DEUTSCHLAND (EKD), *Mit Spannungen leben*, Hannover, 1996 (Texte, 57).
- 17 Cf. ID., *ibid.*, p. 45.
- 18 Existe também uma orientação sexual flexível, capaz de ser influenciada em um ou outro sentido, além das pessoas obviamente bissexuais. Mas numa minoria expressiva a orientação homossexual é incorrigível. Cf. Alan A. BRASH, *op. cit.*, p. 81.
- 19 Assim se manifestou o professor de Teologia Reinhard SLENCZKA, *Statt des Sünders wird die Sünde gerechtfertigt*, *idea*, 31/32, 1996. Semelhante crítica tem sido freqüente. Veja EVANGELISCHER PRESSEDIENST, *epd*, n. 128, p. 2, 1996, etc.
- 20 Cf. Hartmut KRESS, *Im Prinzip Ja und Nein*, *Evangelische Kommentare*, v. 29, n. 5, p. 3-4, 1996, bem como a quantidade de vozes reunidas em: *Sonderpressespiegel zur Veröffentlichung der Orientierungshilfe des Rates der EKD zum Thema "Homosexualität und Kirche"*, Hannover : EKD Pressestelle, 1996.
- 21 EVANGELISCHE KIRCHE IM RHEINLAND, *Diskussionspapier: "Sexualität und Lebensformen" sowie "Trauung und Segnung"*, Düsseldorf, 1996.
- 22 ID., *ibid.*, especialmente p. 94s.
- 23 EVANGELISCHER PRESSEDIENST, *epd*, n. 128, p. 10, 1996; Alan A. BRASH, *op. cit.*; e ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, *Synod Debates Homosexuality*, n. 1293, 21 jul. 1997.
- 24 Veja, entre outros, o pronunciamento da Igreja Evangélico-Luterana na Baviera através de seu Sínodo em Fürth, 1993. Esse pronunciamento conclui com a observação: "O acompanhamento pastoral de pessoas homófilas, sempre que a mudança desse cunho ou dessa tendência se evidenciar como impossível, pretende encorajar a uma prática homossexual responsável. Isto pode incluir também a aprovação e o acompanhamento de uma parceria vivida responsabilmente" (a tradução é nossa). De resto remetemos a Alan A. BRASH, *op. cit.*, p. 35s.
- 25 Veja Wolfgang HUBER, *Welche Einstellungen zur Homosexualität sollten sich in Kirche und Gesellschaft durchsetzen?*, in: Christoph GESTRICH (Ed.), *Geschlechterverhältnis und Sexualität* : Beiheft 1997 zur Berliner Theologischen Zeitschrift, v. 14, p. 160-170. O texto de Ako HAAR-BECK se encontra traduzido em *Revista Teológica*, Buenos Aires, Seminário Concórdia, v. 43, n. 158, p. 29-31, 1998.
- 26 Fonte na Internet: <http://www.religioustolerance.org/hom—ang.htm>. A tradução é nossa.
- 27 <http://www.religioustolerance.org/hom—chur.htm#sbc>. Com relação à situação de pessoas homófilas no Brasil remetemos, entre outros, a Délcio Monteiro de LIMA, *Os homoeróticos*, Rio de Janeiro : F. Alves, 1983.
- 28 Assim, com justas razões, já se manifesta Helmut THIELICKE, *op. cit.* Ele constata uma verdade que continua dificultando a discussão, a saber, que o juízo ético prematuro distorce a fenomenalidade do objeto. Portanto, o juízo já formado impede o acesso ao fenômeno.
- 29 Sobre o assunto veja o artigo de Angelika EIBACH-BIALAS, Ulrich EIBACH, *Gleichgeschlechtliche Liebe — gottgewollt?*, *Evangelische Kommentare*, n. 3, p. 168-170, 1993; Alan A. BRASH, *op. cit.*, p. 30s.; etc.
- 30 São numerosas as contribuições e existem valiosos subsídios. Uma triagem e avaliação das diversas contribuições exegéticas são tarefa mais e mais urgente, embora algumas tentativas já existam. Seria altamente instrutivo um balanço do esforço exegético, não por último para acabar com as leituras superficiais. Veja, por exemplo, Daniel A. HELMINIAK, *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*, tradução de Eduardo Teixeira Nunes, São Paulo : Summus, 1998. Remetemos também à análise instrutiva de Siegfried KEIL, *Theologische Überlegungen zur Vielfalt der Geschlechterverhältnisse*, in: *Geschlechterverhältnis und Sexualität* : Beiheft zur Berliner Theologischen Zeitschrift, v. 14, p. 14-29, 1997; Erhard S. GERSTENBERGER, *Sexualidade, homossexualismo e convivência*, *Estudos Teológicos*, v. 38, n. 2, p. 109-129, 1998.

- 31 Trata-se de uma importante ênfase da hermenêutica luterana. Veja Hermann BRANDT, *O risco do Espírito*, São Leopoldo : Sinodal, 1977, p. 9s.; Gottfried BRAKEMEIER, *Interpretação evangélica da Bíblia a partir de Lutero*, in: Martin N. DREHER (Org.), *Reflexões em torno de Lutero*, São Leopoldo : Sinodal, 1981, p. 29-49.
- 32 A negação de estruturas de convivência aceitas pela sociedade dificulta a conduta ética de pessoas homófilas. Constata acertadamente o já citado caderno de estudo dos Estados Unidos (nota 13): “É difícil que duas pessoas mantenham um amor fiel por largo tempo sem estrutura nem apoio social.” É o que em muitos posicionamentos eclesiásticos recebe justo destaque: a aceitação da homossexualidade é a condição da exigência ética.
- 33 Nesses termos fala Wolfgang HUBER, op. cit., p. 163. É preciso distinguir sem discriminar. De maneira muito semelhante se manifesta Wolfgang LIENEMANN, *Die Vielfalt der Lebensgemeinschaften : Zwischen Gleichstellungsgebot und Diskriminierungsverbot*, *Zeitschrift für Evangelische Ethik*, v. 39, n. 4, p. 279-294, 1995. Cf. também Andrew SULLIVAN, op. cit., especialmente p. 171, que insiste no reconhecimento da “alteridade” da pessoa homófila sem que isto signifique desmoralização de sua condição.
- 34 Cf. as boas reflexões a esse respeito no “Diskussionspapier” da Igreja da Renânia, citado acima na nota 16, especialmente p. 94s. Opõe-se com justas razões ao que se poderia chamar de “sacramentalização” da bênção.

Gottfried Brakemeier
Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo — RS